



**do Estatuto da
Pessoa com Deficiência**
(Lei Brasileira de Inclusão – LBI)

Os Impactos no Mundo Jurídico



Local: Escola Nacional de Formação de Magistrados – ENFAM (St. de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 Lote 9 - Asa Sul, Brasília - DF, 70200-003. Prédio do Conselho da Justiça Federal / CJF)

Modalidade: Híbrida (On line – via zoom e presencial na ENFAM)

Objetivo Geral:

- ✓ Explicar a Magistrados e servidores os pressupostos básicos Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Objetivos Específicos:

- ✓ Apresentar os pressupostos fundamentais da Lei Brasileira de Inclusão;
- ✓ Identificar as correlações do conteúdo com o bloco de constitucionalidade;
- ✓ Compreender a diferença do conceito médico e do conceito social da deficiência; e
- ✓ Dialogar sobre os conceitos previstos no arcabouço jurídico sobre a capacidade civil das pessoas com deficiência.

PROGRAMAÇÃO

10 de outubro de 2025, sexta-feira	
10h	Mesa de Abertura • Ministro Sérgio Luiz Kukina – Presidente do Comitê Gestor de Acessibilidade e Inclusão no STJ • Ministro Benedito Gonçalves – Diretor da Escola de Formação de Magistrados • Conselheiro Pablo Coutinho Barreto – Comitê dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Âmbito Judicial
10h10 às 12h	Palestra Magna: Os Impactos no Mundo Jurídico após o Decreto 6.949/2009 que promulgou a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da Lei n. 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência. • Desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca (TRT-PR)
12h às 14h	Almoço
14h às 16h	Impacto do conceito social da deficiência na concessão de benefícios • Moderadora – Dra. Maria Paula Cassone Rossi – Juíza auxiliar na Presidência do STJ • Dra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes • Dra. Katia Hermínia Martins Lazarano Roncada (TRF3)

16h às 16h15	Intervalo
16h15 às 18h	Capacidade Jurídica da Pessoa com Deficiência ▪ Moderador: Ministro Sérgio Kukina – Presidente do Comitê Gestor de Acessibilidade e Inclusão do STJ • Dra. Joyceane Bezerra de Menezes • Dra. Patrícia Cerqueira de Oliveira – (TJBA)
18h	Encerramento e Agradecimentos Finais • Ministro Sérgio Kukina • Ministro Reynaldo da Fonseca (a confirmar)

Currículos

Desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca

Desembargador do TRT9, Professor de Direito e Processo do Trabalho. Especialista e Mestre em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela Universidade de São Paulo e Doutor em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Foi advogado, servidor da Justiça do Trabalho e Procurador Regional do Ministério Público do Trabalho.

É Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do TRT9; Coordenador do Grupo de Trabalho para elaboração do Protocolo de Julgamento sob a perspectiva da Pessoa com deficiência em âmbito judicial – CNJ (Ofício nº 267/2025/GAB-MEMB MPU); Coordenador do Grupo de Trabalho para elaboração do Protocolo de Atuação e Julgamento com Perspectiva Interseccional, Antidiscriminatória e Inclusiva da Justiça do Trabalho do TST (Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 70 de 05/10/2023); Coordenador da Política de Acessibilidade e Inclusão do TST (Resolução CSJT nº 386, de 30/08/2024) e Coordenador do Programa Nacional de Equidade, de Gênero, Raça e Equidade no âmbito da Justiça do Trabalho (Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 86 de 20/11/2023), membro do Comitê Nacional da Pessoa com Deficiência do CNJ (Portaria nº 276 de 17/08/2022) e Vice-Coordenador do Comitê Gestor Nacional da Política de Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência do CSJT (Ato CSJT.GP.SG nº 26 de 11/03/2025).

Dra. Maria Paula Cassone Rossi

Juíza de Direito do Tribunal de Justiça de São Paulo, atualmente atuando como Juíza Auxiliar da Presidência do Superior Tribunal de Justiça. Mestre em Direito pela UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-doutora em Democracia e Direitos Humanos pelo IGC - "Ius Gentium Conimbrigae" - Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Dra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes

Doutora e Mestre em Bioética pela Universidade de Brasília. Especialista em políticas públicas e gestão governamental. Possui graduação em fisioterapia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1999) e especialização em Bioética pela Universidade de Brasília (2007). Atuou como Coordenadora de Acessibilidade, Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Coordenadora-Geral de Relações Interinstitucionais e atualmente está atuando como Diretora de Gestão e Relações Interinstitucionais, na Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Dra. Katia Hermínia Martins Lazarano Roncada

Juíza Federal em São Paulo desde 2002. Foi Juíza Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça na gestão 2023/2025. Especialista em Direito Processual Civil. MBA em Gestão Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Mestranda em Justiça Restaurativa pela Eastern Mennonite University. Membro do Comitê Gestor da Justiça Restaurativa do Conselho Nacional de Justiça. Foi Coordenadora executiva do Comitê dos Direitos da Pessoa com Deficiência em Âmbito Judicial na gestão 2023-2025 e Presidente da Comissão de Acessibilidade e Inclusão do Conselho Nacional de Justiça no mesmo período. Formadora e Tutora pela Enfam.

Dra. Joyceane Bezerra de Menezes

Mestrado em Direito Constitucional (Direito e Desenvolvimento) pela Universidade Federal do Ceará (1995). Doutorado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (2004). Graduação em Direito pela Universidade de Fortaleza (1990), Pós-Doutorado em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2014). Pós-Doutorado pela Universidade Mediterranea Regio Callabria - IT (2021). Exerce o magistério superior como professora titular da Universidade de Fortaleza, integrando o Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, responsável pelas disciplinas de Direito de Personalidade e Direito dos Danos. É professora titular da Universidade Federal do Ceará - Faculdade de Direito (Departamento de Direito Privado), ministrando as disciplinas de Direito de Família e Direito das Sucessões. Desenvolve projetos de pesquisa e publicações na área de Direito Civil, com ênfase na análise de questões existenciais correlacionadas à pessoa com deficiência, à tutela da personalidade e à família. Presidente da Associação AS CIVILISTAS. Advogada Sócia do Bezerra de Menezes & Caminha Advogados Associados

Dra. Patrícia Cerqueira de Oliveira – TJBA

Juíza no Tribunal de Justiça da Bahia. Pós-Graduada em Direito Penal e Processual Penal pela UNESA, em Direito, Justiça e Cidadania pelas Faculdade Maurício de Nassau (2007) e em Direito do Estado, pela Faculdade Baiana de Direito. Mestra em Poder Judiciário na Fundação Getúlio Vargas Doutora em Direito pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), no Rio de Janeiro.

Foi Juíza titular das comarcas de Santa Inês, Medeiros Neto, Senhor do Bonfim e Salvador, para onde foi promovida por merecimento em 2007. Entre 2008 e fevereiro de 2010, foi designada para auxiliar a Presidência do TJBA quando assumiu a AEP III (Assessoria Especial da Presidência III) para coordenar os projetos especiais, como os Núcleos de Conciliação de 1º e 2º Graus, Núcleo de Atendimento Judiciário (NAJ), Balcões de Justiça e Cidadania e Juizados informais de Conciliação.